



A terra ensina a gente a se defender e a vida insiste em viver: construção coletiva de conhecimento desde os corpos-territórios das mulheres

Aline Lima e Marina Praça, educadoras populares e Coordenadoras do Instituto Pacs

O que trazemos gravado em nossos corpos? Como nossas histórias se colocam e se reconstroem nas práticas cotidianas de resistência?

A produção de conhecimento a partir de uma perspectiva da prática política investigativa se faz desde aqui: do corpo, das histórias, das memórias, do colocar-se no mundo intencionalmente, buscando construir-se em movimento, em processos de aprendizagem a partir das experiências de vida. Estas experiências advêm, para nós, principalmente, do encontro com os corpos femininos, periféricos e criativos, implicados nas formas de criar vida em ambientes marcados pela violência, pela desumanidade e pelos megaprojetos de desenvolvimento [\[1\]](#) ou de extermínio da vida.



Nós, enquanto mulheres, educadoras populares de uma organização política, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto Pacs), buscamos, ao longo de anos, fortalecer esse tipo de produção de conhecimento por meio do trabalho junto aos movimentos sociais e de base, com enfoque na ação com as mulheres trabalhadoras seja do mercado informal, formal ou do trabalho invisibilizado dentro de casa. Este fazer envolve formação política, apoio à autogestão e à produção de alternativas à economia desde o comunitário. Potencializando processos de



construção de conhecimento coletivo amparadas nos princípios da educação popular, da economia feminista e da crítica ao modelo de desenvolvimento vigente a partir de análises advindas da economia política.

É deste lugar de fala que partimos. Dos caminhos em que nos formamos em práticas de ação e reflexão coletivas junto aos quilombos, quintais, espaços culturais, cursos, encontros, feiras, redes, partindo dos territórios da Zona Oeste do Rio de Janeiro, região administrativa da cidade onde localiza-se a Baía de Sepetiba e o Maciço da Pedra Branca. É de lá que há mais de quinze anos o Instituto Pacs olha para fora da cidade, do estado, do país e constrói suas formas de fazer política por meio dos encontros com saberes e formas de estar no mundo em resistência. Se colocar como educadora popular e pesquisadora militante para ser parte da construção de conhecimento coletivo é se colocar em uma postura de abertura real para o tempo e os processos. É correr riscos de errar, mostrar nossas fraquezas e contradições. É estar presente em corpo, mente e espírito, aprendendo. É ser tão parte do processo como todas as demais participantes, mas sabedora do lugar que a gente ocupa, do que trazemos de nossas narrativas de vida para dentro dos processos.

Mãe Hilsa Mukalê do Terreiro da Matamba Tombenci Neto de Ilhéus, na Bahia, narra sua história no livro “Do lado do tempo” (2011). Algumas reflexões de Mãe Hilsa nos ajudam a pensar sobre a nossa prática de educadora popular. Em muitos momentos, vivenciamos a sensação de que nos repetimos em ciclos intermináveis. Quando isso acontece buscamos ansiosamente elencar os resultados das nossas práticas de muitos anos e parece que pouco avançamos. Mãe Hilsa sabidamente conta que se formou na *faculdade do tempo* e nos ensina o que aprendeu com a mãe a partir da relação dela com o terreiro e o candomblé: “Minha mãe tinha um ditado que dizia assim: quanto mais a gente ensina, mais aprende o que ensinou. Eu também falo desse jeito. Quanto mais você participa, mais aprende e se desenvolve. E é só assim, com todo o respeito, que podemos honrar e dar continuidade às raízes que a gente traz dos nossos antepassados” (HILSA, 2011, p.100).

Somos muito gratas por vivermos as histórias de ontem e de hoje colocando nossos corpos em um processo de ensinamentos e aprendizados contínuo e intenso que se dá na relação com mulheres e homens agricultoras e agricultores, quilombolas, educadoras, artesãs, curandeiras, artistas e tantas outras humanas formas de resistências às ameaças vivenciadas cotidianamente.

A principal potência do nosso trabalho junto a essas sujeitas que se afirmam em suas coletividades tem sido a possibilidade de fomentar encontros, articular caminhos comuns e valorizar as leituras críticas da realidade que nascem destes encontros. As lentes de leitura do mundo vêm das experiências de vida de cada uma, cabe a nós a venturosa tarefa de contribuir com a construção dos conhecimentos e de aprendizados a partir dessas experiências e torná-las ainda



mais vigorosas. A partir da prática de olhar junto e coletivizar as marcas trazidas nos corpos refletidos em si e na outra, vamos além.

Bell Hooks (2017) em “Ensinando a transgredir” diz que todo conhecimento vem de uma realidade vivida e de que precisamos valorizar a “paixão da experiência” vinda desde aí. Ela diz: “É um modelo de conhecer que muitas vezes se expressa por meio do corpo, o que ele conhece, o que foi profundamente inscrito nele pela experiência (...) é a partir daí que o conhecimento é possível” (HOOKS, 2017, p.124).

O corpo que caminha e produz vida



Mutirão Agroecológico Feminista da colônia Juliano Moreira / Rio de Janeiro

Produzimos conhecimento a partir do corpo que caminha, que se imbrica nos espaços, nos colocando em movimento pelas trilhas do Maciço da Pedra Branca e pelos territórios de terra e de água que formam a Baía de Sepetiba^[1], pelos quilombos da Zona Oeste e outras regiões do estado onde se constrói agroecologia. Corpo que aprende nos pequenos atos, na repetição e insistência das práticas, nos encontros, nos afetos, nas relações que se constroem no tempo-espaço que permite o corpo sentir, se expor, colocar para fora medos, angústias, desejos e dores. Colocando-se em relação com: o outro, com o mundo, com as revoltas, com o injusto, e também, com a beleza presentes. Tudo isso marcado na força frágil dos corpos femininos em movimento.

Trazemos também o apoio de reflexões teóricas, de conhecimentos que vêm de processos já sistematizados, seja oriundo dos movimentos sociais ou dos espaços da academia comprometidos com a transformação da sociedade. Atuamos para



potencializar esses conhecimentos partindo de uma prática significativa dos que ocupam lugares centrais nas (re) existências.

Caminhamos guiadas pelo desejo de conhecer e tornar mais visível o que é vivido e construído nos territórios, de entender desde a prática política investigativa as ameaças socioambientais e de fortalecer as resistências a partir dos olhares, das práticas cotidianas e das expressões vividas junto aos corpos das mulheres trabalhadoras da região[2].

As “paixões das experiências” se apresentam no trabalho junto, na culinária, no se ouvir e observar, no sentir-pensar-fazer, na luta, na subversão da realidade para dar conta das violências vividas todos os dias. Aprendemos sem fim com essas mulheres que desde as margens, dos cotidianos, fazem ciência, história, conhecimento e fazem, sobretudo, a vida vingar. A partir daí vamos construindo nossos métodos. Conforme escrevemos em outra ocasião: A ação de espremer da realidade o sugo da vida e dos sonhos, que se juntam em corpos em luta, corpos em movimento, que inventam juntos métodos de andar, de reconhecer e se tornar corpo coletivo em luta. (PACS, 2018, pag.16).

São corpos que se mesclam, entre si, com a natureza, com suas ancestralidades e inventam como viver diante da realidade de negação em que foram forjados. Além disso, para nós, o fazer político coletivo é também um ato de cuidado, de autocuidado e cura. As práticas curativas fazem parte das histórias dos corpos femininos, ainda mais, vivenciando nos caminhos a ancestralidade negra, os quilombos, os quintais que se estabelecem como grandes boticas naturais de cura. No fim das contas, o que propomos é potencializar e trazer para ser visto coletivamente os conhecimentos acerca de como viver no mundo respeitando as formas de ser mais diversas, a natureza e garantindo que nos construimos a partir de relações justas, igualitárias e dignas de serem vividas.

Nosso olhar desde o morar e o plantar

Um campo importante nosso de ação, dialogando com essa forma de fazer, têm nos últimos anos se estabelecido no que convenciamos chamar de “morar e plantar”: as ações que unem a luta por moradia com as práticas agroecológicas de produção de alimento, cultura e vida.

Desde os Jogos Panamericanos, em 2007, o Instituto Pacs vem pautando criticamente o que vivenciarmos na “Cidade Maravilhosa dos Megaeventos”. Que projeto de cidade é esse que converte cada cantinho ainda não transformado em cimento em mercadoria ou em “vazio” a ser especulado pelo capital financeiro? Um projeto que expulsa milhares de pessoas de suas casas para construir estádios megafaturados ou complexos esportivos que se tornaram grandes fantasmas nos momentos posteriores à Copa do Mundo e às Olimpíadas.



No Rio de Janeiro, a luta por moradia está imbricada com a luta em defesa da agricultura urbana. A região para onde o capital se expande é essa de qual o Pacs parte, a Zona Oeste. Nela se localiza a maior floresta urbana do mundo, o Maciço da Pedra Branca. Mas o projeto do capital vai além das fronteiras da cidade e nós vivenciamos isso a partir das articulações e o trabalho junto ao Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Na luta conta o agronegócio, os agrotóxicos, as indústrias petrolíferas, e tantas outras ameaças vivas no Estado. Desde as resistências territoriais vivenciamos e fortalecemos diversas práticas de agricultura contrariando esse modelo. E denunciando o racismo ambiental^[1] vivido e o Plano Diretor do Município que nega a existência de agricultura nos limites urbanos da capital fluminense.

Morar e plantar e a construção coletiva do conhecimento e do mundo

***A vida aqui só é ruim
Quando não chove no chão
Mas se chover dá de tudo***

***Fatura tem de montão
Tomara que chova logo
Tomara meu deus tomara***

***Só deixo o meu cariri
No último pau-de-arara
Só deixo meu cariri
No último pau-de-arara***

(Luiz Gonzaga)

Juju é imigrante nordestina, tem quatro filhos de sangue e vários de coração. Vive na região metropolitana do Rio de Janeiro, em Magé. Faz da agricultura e do beneficiamento de alimentos meio de vida e de insurgência. É guardiã de sementes e de segredos das ervas e das farinhas que saem direto do seu caldeirão pra melhorar a vida do povo da cidade. Juju diz que a agroecologia não é ciência, é modo de vida de gente que chegou aqui antes de nós, é jeito de cuidar dos outros e da gente, é o fazer de uma forma a não machucar a natureza, mas fazer parte dela. Com as suas mãos prontas pra acarinhar todo mundo, ela cuida da horta que tem mais de 50 itens, alimenta a família e leva comida saudável e sem veneno pro Rio de Janeiro todo.

A escolha de produzir sem veneno numa área marcada pelo uso abusivo de agrotóxicos e defensivos químicos é a aposta e a bandeira dela. Em meio a um mar



de veneno, Juju resiste num grande cinturão verde de afeto e mudas. Ao dar a mão pra outras companheiras da região, esse cinturão se amplia e ecoa dentro de um território marcado pela violência contra as mulheres. Estar com outras agricultoras trocando receitas, manejando a horta ou planejamento a produção, salvou a vida de muitas mulheres ali, diz Juju. Entre um cochicho e uma troca de receita de defensivo natural contra formigas, as mulheres se entendem coletivas e crescem como águas. Fazem do feminismo comunitário territorial, prática viva e ancestral de cuidado. Assim vivem e se juntam essas mulheres tribos.

A (re) existência de Juju está intimamente ligada à força de sua relação com o seu território. Quando fala de si, traz detalhes de como aquele lugar se apresenta, quais são os principais conflitos que enfrenta e que atingem de maneira brutal a sua vida e das companheiras. A dimensão afetiva do território aparece como tatuagem nos corpos das mulheres. Impressa, viva.

Corpo-território



A territorialidade nos constitui e constitui a maneira como nos relacionamos com o mundo. O território encarna em nosso corpo como extensão da vida e dos laços afetivos. As mulheres têm uma relação indissociável com o território que habitam. As práticas cotidianas, as paisagens dos territórios se confundem com os próprios corpos.

Nada que acontece a um território deixa de ser sentido pelo corpo de uma mulher que faz daquele lugar morada. Qualquer impacto causado a um território afeta não só o cotidiano experienciado como o corpo e a maneira de ser e estar no mundo. As mulheres sentem de forma particular as lutas territoriais, pois vivenciam a opressão estrutural do patriarcado sobre seus corpos. É no território que as mulheres parem



seus filhos e plantas. É no território que se juntam e ganham força. É no território com seus corpos que enfrentam as arbitrariedades de um sistema que não foi feito por nós e nem para nós.

A dimensão do *morar e plantar* na vida das mulheres agricultoras é prática de resistência e afirmação da vida nos territórios. É através do cuidado com a vida cotidiana e com a produção de alimentos para o consumo próprio e para a comercialização que as mulheres ocupam e defendem seus corpos-territórios.

A prática da agroecologia ancestral vem sendo passada de mãos em mãos, de ouvido em ouvido, de semente em semente resistindo à desumanidade dos navios da diáspora, à brutalidade do roubo das terras indígenas. A agroecologia é prática insurgente que perpetua a vida e rompe a dureza do concreto. É água que brota da pedra e corre pro mar.

Parece-nos impossível falar de agroecologia se não falamos do trabalho das mulheres na defesa da vida dos territórios e na defesa da vida em si. É através do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que a produção de alimento saudável na cidade e no campo se multiplica e ganha força. É a agricultura familiar e camponesa que preenche o prato de 70% da população brasileira e são as mulheres as maiores responsáveis por tal produção. Por que nosso trabalho é tornado invisível?

Através da invisibilidade do trabalho das mulheres o capital ganha força. A invisibilidade é palco da exploração e a exploração, por sua vez, palco do lucro. É através da invisibilidade do trabalho das mulheres que se sustenta um sistema racista, patriarcal e heteronormativo, que gera lucro explorando e produzindo morte. Assim, o trabalho das mulheres em defesa da agroecologia e dos territórios vai na contramão do sistema, vai na direção da manutenção da vida no campo e na cidade. É através do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que se movimenta uma economia muitas vezes invisível, mas muito potente.

É através do trabalho das mulheres que ela nasce, se firma, brota, floresce e multiplica. É no guardar as sementes, é na troca das mudas, é no cuidado com as crianças, bichos e roças. É no trabalho das mulheres na direção do bem viver ancorado na multidimensionalidade de suas práticas e na radicalidade de suas propostas de mudança que garantirá a potência da vida e da continuidade dos povos e praticas ancestrais.

A agroecologia desde a perspectiva do *morar e plantar* se coloca como resposta ao neodesenvolvimentismo na medida em que produz vida em resposta aos danos causados pelo projeto destruidor do capital para as comunidades e povos. Primeiro porque se coloca como perpetuadora de uma prática que vem de longe e é marcada pela resistência dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, contraria o sistema ao acontecer como prática natural, saudável e sustentável pra terra. A agroecologia contraria toda a estrutura que sustenta o capitalismo quando



reconhece o trabalho da mulher como palco de grandes feitos. Ela se coloca, por fim, como resposta territorial às arbitrariedades impostas pelo grande capital.

Dona Rita insiste e resiste

Dona Rita nasceu em Pernambuco na década de 60. A agricultora veio pro Rio de Janeiro tentar a vida na cidade grande. Faz do espaço entre a cozinha e o quintal seu espaço de força e luta. Mexendo suas panelas e plantando suas ervas tempera a vida dura com resistência e sabor. Vê na Colônia Juliano Moreira, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, um lugar pra criar os filhos, bichos e plantas. Faz daquele lugar morada de sonhos e sossego.

Com o avanço da especulação imobiliária pra região, em 2011, tem sua casa demolida pela prefeitura sem aviso nenhum. Perdeu plantação, animais e vários de seus pertences. A justificativa da prefeitura do Rio de Janeiro foi que ali onde ela vivia era uma área de interesse social. Hoje, no lugar de sua casa, há um posto da Comlurb, empresa de recolhimento de resíduos. Rita foi realojada num lugar também dentro da Colônia sem nenhum espaço de terra que pudesse plantar. Mas Rita é semente! Quebra concreto com sua força. Fez do lugar árido e cinza onde foi reassentada, uma grande horta urbana, onde tira não só a alimentação da família como vende o excedente em cinco pontos de comercialização solidária com outras companheiras que, como ela, moram e resistem nesta que é região alvo da especulação imobiliária e dos grupos paramilitares do Rio de Janeiro.

A dimensão/relação do morar e plantar constitui a vida das mulheres agricultoras. É através dessa relação que repensamos as práticas insurgentes de ocupação dos territórios. É através dela que se responde aos desmandos do capital, da especulação imobiliária, aos megaprojetos de desenvolvimento e que se defendem os territórios desde a invasão de nossas terras pelos colonizadores europeus. “A terra ensina a gente a se defender e a vida insiste em viver, minha filha! Ela dá seu jeito” — diz Dona Rita com um sorriso no rosto e uma muda de Chaia na mão.

[1] O Instituto Pacs trabalha a mais de 10 anos com a crítica aos megaprojetos de desenvolvimento, no caso do Rio de Janeiro desde 2005 acompanhamos criticamente a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico antiga TKCSA atual Ternium Brasil. Empresa transnacional que recebeu milhões de isenção fiscal, funcionou por uma década sem licença ambiental e possui de 238 ações jurídicas dos moradores da região. Afetou a dinâmica social do bairro de Santa Cruz. Por lá se fala que a CSA vem matando aos poucos as pessoas, seja pelos problemas de saúde, a destruição das formas de viver tradicionais (como a pesca) ou por acabar com os sonhos dos que por lá vivem sendo vizinhos, sem escolha, da maior companhia siderúrgica da América Latina.

[2] O Instituto Pacs tem avançado na reflexão e crítica a partir do olhar sobre o Racismo Ambiental nos territórios. Realizamos em maio de 2018 a “Caravana Territórios contra o Racismo Ambiental no Rio de Janeiro” — nesse link é possível acessar o vídeo



produzido: <http://www.pacs.org.br/2018/05/14/caravana-faz-tour-por-territorios-que-re-sistem-ao-racismo-ambiental-no-rio-de-janeiro/>

[3] Territórios da Zona Oeste do Rio de Janeiro onde identificamos o avanço do capital e as ameaças às formas de vida tradicional em contextos de conflitos socioambientais de diversos âmbitos.

[4] Para saber mais: <militiva.org.br>.

Referências Bibliográficas:

HOOKS, Bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MUKALE, I. & GOLDMAN, M. (2011). *Do Lado do Tempo. O Terreiro de Matamba Tombenci Neto (Ilhéus, Bahia)*, Histórias Contadas a Marcio Goldman. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

PACS. *Vidas Atingidas: Histórias Coletivas de Luta na Baía de Sepetiba*. Pacs: Rio de Janeiro, 2018.